

LUIZ G. BELLUZZO

A China é o mais novo mordomo da crise financeira mundial

EUROPA

O drama dos imigrantes é a maior tragédia desde a Segunda Guerra

JANOT VS. MENDES

Quem é tendencioso: o procurador-geral ou o ministro do Supremo?



OI
o Facebook
insira as relações e a cronologia
Pág. 63

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORA
CONFIANÇA

CRATERA FISCAL

O GOVERNO NÃO SABE COMO COBRIR O DÉFICIT, MAS IGNORA OS SONEGADORES

DELFIN NETTO
TODO CUIDADO É POUCO COM O PRECÍPIO



DEVO, NÃO NEGO

O ROMBO DE 30 BILHÕES DE REAIS NO ORÇAMENTO PODERIA SER COBERTO PELA CAÇA À SONEGAÇÃO

por ANDRÉ BARROCAL

VINOU CLICHÊ dizer que o Brasil vive uma situação kafkiana. E um tanto impreciso. Até o tcheco Franz Kafka seria incapaz de imaginar um ambiente tão particular e incongruente. Em 48 horas, o governo pro-

pôs e desistiu de reviver a CPMF, o "imposto do chegue", temido menos por seu efeito em cascata do que por sua capacidade de rastrear sonegadores. Justamente por afetar a classe média e os endinheirados, a contribuição imaginada pelo falecido Adilberto Jatene para financiar a saúde pú-

blica é tão combatida. A própria presidente Dilma Rousseff, que se esforçou pessoalmente na sexta-feira 28 para conquistar a simpatia de jornalistas à ideia, disse mais tarde não gostar do tributo. Enquanto isso, o Palácio do Planalto dava os últimos retoques em um ministro. O De-



A conta só cresce

PERFIL DA DÍVIDA ATIVA

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Em reais*



313 bilhões
PREVIDENCIÁRIA



1,014 trilhão
TRIBUTÁRIA



94,2 bilhões
NÃO TRIBUTÁRIA

*Dados até julho.

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PRINCIPAIS DEVEDORES

Em bilhões de reais*

Setor Imobiliário 12,7
rural 13,6

Atividades científicas 16,7

Atividades administrativas 28,7

Transporte 38,4

Extratvismo 44,1

Construção 21,4

Mídia 10,8

Educação 10,9

Eletricidade e gás 8,2

*Apenas dívidas tributárias.

Dados até julho.

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



SEDES DOS GRANDES DEVEDORES

65% concentrados no eixo Rio-SP, em bilhões de reais*

339,9
SÃO PAULO

158,7
RIO DE JANEIRO

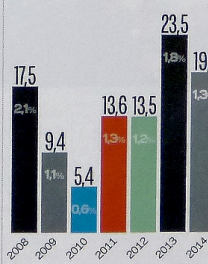
*Apenas dívidas tributárias.

Dados até julho.

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

MERRECA

Total recuperado por ano, em bilhões de reais e em % da dívida total



*Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ramento de 2016 prevê um déficit de 30,5 bilhões de reais. Símbolo do desastre fiscal produzido ao longo do primeiro mandato, avalia Delim Netto à página 21.

Sem saber de onde tirar dinheiro para cobrir a cratera metéorica nas suas contas, o governo praticamente ignora uma fonte de receita que a esta altura deveria render muito mais aos cofres públicos. A Dívida Ativa da União atingiu 1,46 trilhão de reais, um recorde. São créditos que o governo considera líquidos e certos, mas os devedores não pagam. Em geral, a divergência acaba nos tribunais. Na conta, há impostos, taxas em geral, contribuições à Previdência Social, multas ambientais, entre outras. O valor equivale à riqueza gerada por toda a economia no segundo trimestre. Possibilitaria distribuir um salário mínimo aos brasileiros por nove meses ou zerar o déficit habitacional com os mais caros imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida. De passagem pelo Congresso em maio, o advogado-geral da União, Luis

Inácio Adams, definiu desta maneira a situação: "É um absurdo, não existe país no mundo que tenha esse estoque de dívida".

Por coincidência, o valor da Dívida Ativa é igual à Lei Orçamentária de 2016 apresentada pelo governo, projeto que promete gerar polémica no Parlamento até o fim do ano. A recuperação de 2% da bolada permitiria à equipe econômica cobrir o déficit fiscal projetado para o próximo ano, um rombo decorrente do recuo de Dilma Rousseff na tentativa de recriar a CPMF. E tiraria do horizonte o risco de o ajuste fiscal atingir mais uma vez direitos trabalhistas e sociais.

Em duas décadas, o montante da Dívida Ativa quadruplicou como percentual do Produto Interno Bruto e chegou aos 25%. Até dezembro, calcula-se, baterá em 15,4 trilhão de reais. A maior parte do calote tem origem tributária (1 trilhão de reais) em empresas (91% dos devedores), sobretudo nas maiores. Os atrasados no INSS chegam a 300 bilhões de reais, 99% devidos por empresas. Nas pendências tributárias, os setores campeões de atrasados são a indústria de transformação, comércio, bancos, produtores de alimentos e mineradoras. Nas previdenciárias, aparecem empresas de ônibus, produtores de alimentos e bebidas, empreiteiras e instituições de ensino.

Os maiores caloteiros são companhias poderosas, com dívidas particulares superiores a 15 milhões de reais, faixa a partir da qual os casos merecem tratamento especial por parte do governo. De cada 3 reais de Dívida Ativa, 2 referem-se a 1% do total de devedores. O peso dos grandes fica mais aparente em litígios tributários que envolvem três segmentos: bancos, mineradoras e energia elétrica. Neles, os gigantes respondem por mais de 90% dos débitos do seu respectivo setor. *CartaCapital* não teve acesso à lista de devedores, mas é possível imaginar quem frequenta este rol.

"NÃO EXISTE PAÍS NO MUNDO QUE TENHA ESSE ESTOQUE DE DÍVIDA", DIZ LUÍS ADAMS, ADVOGADO-GERAL

As razões para a situação não devem ficar enfiadas no esquecimento, afirmou Luís Adams, advogado-geral. O custo da dívida é maior que as despesas do governo. O ministro também afirmou que não há "uma solução mágica" para a situação. "O Brasil não tem um problema de liquidez, mas de gestão", disse. Adams também afirmou que a dívida não é "um problema de gestão", disse. Adams também afirmou que a dívida não é "um problema de gestão", disse.

Contagem regressiva LEVY BALANÇA



O ministro sentiu-se isolado

As divergências na equipe econômica de Dilma Rousseff florescem cada vez mais. Joaquim Levy ainda sem amigos e apoiadores em Brasília. Converceu-se no ministro da Fazenda mais fraco em duas décadas e coleciona embates e desgastes com o colega

Nelson Barbosa, um ministro do Planejamento forte como há tempos não se via. O conflito tornou os rumos da política econômica uma incógnita e obrigou Dilma Rousseff outra vez a "prestigiá-lo". Até então latente, a disputa entre os ministros ficou escancarada na proposta de Orçamento 2016 apresentada na segunda-feira 31. Com declarações cifradas, os dois praticamente se engalfinharam em público. No dia seguinte, Levy disse na Câmara dos Deputados que a economia sofre "quando há incerteza, quando não se sabe exatamente como enfrentar os desafios". Por tudo o que se conhece sobre a elaboração do Orçamento e as ideias de Levy, a fonte de "incerteza e ambiguidade" era o próprio governo, graças às posições de Barbosa. O troco não demorou. Em entrevista ao jornal Valor, o titular do Planejamento defendeu uma proposta "clara e

objetiva de recuperação da economia, uma política fiscal de longo prazo e muito diálogo". Se o recado não foi para o colega da Fazenda, visto como um desanimador-geral da República pela ausência de proposta "clara e objetiva" pós-ajuste fiscal e resistente ao diálogo, não se sabe o endereço do destinatário.

A troca de gentilezas foi motivada pelo desacordo sobre o Orçamento de 2016, tema em que nenhum deles ficou satisfeito. A peça foi ao Congresso com uma previsão de déficit fiscal contra a vontade dos ministros. Mas a recatada dos ministros para contornar o problema era divergente. Levy queria mais arrocho. Desenharam um Orçamento com gastos disciplinares de peso equivalente ao de 2012: era pouco. Já

Barbosa era simpático a criar novos tributos, entre eles a CPMF, e preferia cortar gastos obrigatórios ao longo do tempo, para não sacrificar ainda mais o PIB em 2016.

Segundo o economista Antonio Correa de Lacerda, da PUC de São Paulo, o Orçamento de 2016 é outra prova de que o ajuste fiscal do governo é um erro e não tem com funcionar. A alteração das metas fiscais de 2015 havia demonstrado esse fato e agora tal sinal chega a 2016. Com o PIB fraco sem o impulso do Estado, não há como arrecadar dinheiro para cobrir as despesas. "Só há saída para o Brasil fora da estratégia adotada até agora".

O governo logo deverá mandar ao Congresso um complemento à Lei

Orçamento de 2016 para tapar o rombo de 30 bilhões. A reação negativa do dito "mercado" assustou o Palácio do Planalto. A dívida está na terapia a ser prescrita. Há boas chances de vingar uma solução por meio do aumento de impostos. "A perda do grau de investimento é mais caro que algum aumento de carga tributária. O setor produtivo sabe disso e vai apoiar", diz o relator-geral do Orçamento, deputado Ricardo Barros, um dos vice-líderes do governo na Câmara. Na quinta-feira 3, Lula teve mais uma reunião com a presidente em Brasília. O ex-presidente sabe da necessidade de mudanças, mas sempre foi muito cuidadoso na relação com a sucessora. É impossível que ele venha a assumir um ministério, diz um interlocutor.



MARCELO CAMARGO/ABR

Orçamentária de 2016 para tapar o rombo de 30 bilhões. A reação negativa do dito "mercado" assustou o Palácio do Planalto. A dívida está na terapia a ser prescrita. Há boas chances de vingar uma solução por meio do aumento de impostos. "A perda do grau de investimento é mais caro que algum aumento de carga tributária. O setor produtivo sabe disso e vai apoiar", diz o relator-geral do Orçamento, deputado Ricardo Barros, um dos vice-líderes do governo na Câmara. Na quinta-feira 3, Lula teve mais uma reunião com a presidente em Brasília. O ex-presidente sabe da necessidade de mudanças, mas sempre foi muito cuidadoso na relação com a sucessora. É impossível que ele venha a assumir um ministério, diz um interlocutor.

Diante da semiparalisa no Judiciário, não surpreende que os valores recuperados judicialmente pela Fazenda Nacional na Dívida Ativa sejam uma ninharia. De 2008 para cá, a média é de 14,5 bilhões anuais, ou 1,3% do total da dívida. Um estudo de 2012 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) detalhou o tamanho da encerra para os procuradores e da boa vida dos sonogadores. Cada ação de execução fiscal espera nove anos por uma decisão. Apenas para o juiz localizar os bens de um devedor, um dos maiores obstáculos à recuperação do dinheiro, gastam-se mais de dois anos.

Ademora em achar o patrimônio do caloteiro é obra, embora medida, do "planejamento tributário institucionalizado" apontado pela Procuradoria da Fazenda. É raro uma empresa na Dívida Ativa ter só um CNPJ, a identidade das companhias. O comum é ter de 35 a 40, um exército de lanças que permite esconder bens. Os grandes grupos econômicos são os principais ocultadores de patrimônio, segundo Anelise de Almeida. O "caso da moda hoje", diz ela, é um devedor proteger-se por meio do subterfúgio de se tornar cotista de um fundo, a conse-

lhado por escritórios de advocacia especializados. Dificulta provar a um juiz que o dinheiro da cota pertence ao devedor.

Uma série de leis ultrapassadas e incas-pazes de produzir sentenças rápidas alimen-ta o acúmulo de litígios fiscais entre o poder público e os contribuintes e fez ex-plosão a Dívida Ativa, na avaliação do advo-gado tributarista Heleno Torres. Segundo ele, a legislação do processo administrativo (um decreto-lei de 1972) e da execução judicial (uma lei de 1980) é incompatível com o Brasil de hoje. Foram concebidas quando o País tinha uma carga tributá-ria em torno de 20%, hoje ela beira os 35%.

O grande nó estaria na transi-ção da cobrança admi-nistrativa, fase em que o governo e o devedor con-servam entre si, para a ju-dicial, intermediada por um juiz. As ne-gociações diretas entre as partes são fei-tas no Conselho Administrativo de Re-cursos Fiscais (Carf). Mas, quando o de-vedor perde no Carf, nada é capaz de for-çá-lo a pagar. Há um convite à judicializa-ção. Entre uma decisão administrativa e a abertura de uma ação na Justiça, pode levar até dois anos. Mais os autos do pro-cesso no Carf não são aproveitados no Ju-diciário, que parte do zero. "A cobrança do crédito etemiza-se, é um problema seve-ro. Não é culpa do juiz, nem dos procura-dores da Fazenda, nem dos contribuintes. A lei brasileira é muito ruim", afirma Tor-res. "Não existe nada parecido no mundo."

O Carf é outra arena capaz de expli-car o desapareço das grandes empresas por pagar o que devem. E também po-deria ser uma fonte de arrecadação para o governo fechar o Orçamento. O Conselho tem mais de 110 mil processos, relativos a 580 bilhões de reais. Uns 500 grupos eco-nômicos contestam 60% do total. Hou-ve quem recorresse até a corrupção no Carf para escapar do Fisco, conforme re-velado pela Operação Zelotes. Os investi-gadores suspeitam de 74 processos que,



O ACÚMULO DE LITÍGIOS FISCAIS DEVE-SE À LEGISLAÇÃO ULTRAPASSADA

juntos, podem ter levado à sonegação de 19 bilhões de reais. Todos os processos na mira envolvem grandes empresas. Cinco meses depois, os investigadores volta-ram às ruas na quinta-feira 3, atrás de mais provas sobre o esquema fraudulen-to de anulação de dívidas. Houve busca e apreensão em escritórios de contabili-dade de Brasília, São Paulo e Rio Gran-de do Sul. O Ministério Público pretende denunciar em breve à Justiça as empre-sas e servidores envolvidos no esquema.

O festival de parcelamento de débitos tributários inaugurado pelo Refis no fim do governo Fernando Henrique Cardo-so, em 2000, também estimula a sone-

SONEGÔMETRO.

Um contraponto ao Impedimento, que ignora o "planejamento" tributário

gação. Rolar dívidas virou rotina de lá para cá. Já houve cinco renegociações a partir daí, o Refis incluído. Vários estudos apontam tais parcelamentos como um incentivo ao calote. Os contribuintes sentem-se seguros de que cedo ou tarde o governo de turno cederá e os livrará de punições administrativas ou judiciais, uma das benesses dos parcelamentos.

Para o sindicato dos procuradores, a fal-ta de estrutura é outro fator que beneficia quem não está disposto a pagar o que deve. Hoje, para cada um dos 2 mil procurado-res, há menos de um funcionário de apoio. A proporção deveria ser de ao menos 1 pa-ra 5. "A Procuradoria está sucateada. O go-verno parece querer privatizar a cobran-ça para escritórios de advocacia e bancos", diz Campos Frias, presidente da entidade.

Em pé de guerra com o go-verno por melhores condi-ções, os procuradores de-cidiram esvaziara divisão de cobrança de grandes devedores. A repartição está desativa-ta no Rio e em São Paulo, estados cujos grandes devedores representam um ter-ço da Dívida Ativa. A briga ten-te para usar um projeto da Procuradoria para tentar reforçar a cobrança da dívida. O órgão elabora um modelo de classificação para tentar separar crédi-tos "podres" daqueles com maior chan-ço de recuperação. Se for capaz de mirar os casos com mais chances de sucesso, a Procuradoria poderá ser mais sele-tiva nos processos que leva ao Judiciário, talvez com resultados mais eficientes.

Na proposta do Orçamento 2016 envia-da ao Congresso, o governo anunciou que iria aperfeiçoar a cobrança da Dívida Ati-va. Não detalhou como. É pouco provável que o Palácio do Planalto, enfraquecido, consiga distribuir de forma equânime a conta da crise. No Brasil, sempre foi mais fácil arrancar o couro da tigrada, aquela porção desprovida de advogados capazes de fazer seu planejamento tributário. •